

Representante brasileira deve ir à posse de Maduro

Brasil não reconhece a eleição, mas se organiza para participar

Por Karoline Cavalcante

O governo brasileiro está preparando a possível ida de sua embaixadora em Caracas, Glivânia Maria de Oliveira, para a cerimônia de posse do presidente Nicolás Maduro (Psv), marcada para sexta-feira (10) na Venezuela. Contudo, a presença depende do envio do convite oficial por parte das autoridades venezuelanas, que ainda não foi formalizado.

De qualquer forma, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não poderia comparecer à cerimônia, visto que está impedido de realizar viagens longas por conta de sua recuperação de um recente procedimento médico realizado para drenar uma hemorragia intracraniana, decorrente de uma queda sofrida em outubro.

Na avaliação do cientista político Kleber Carrilho, a decisão de enviar a representante não é um gesto para além do protocolo. “Mesmo com convite, enviar a embaixadora é algo que não sai da formalidade mínima, o que não representa uma retomada da ‘amizade’ com Maduro”, iniciou.

EUA

Carrilho aponta também que o momento é “realmente muito complexo para o governo Lula”, que precisará pensar também nas relações com os Estados Unidos da América, que empossará o presidente eleito Donald Trump (Republicano) no dia 20 de janeiro. O chefe do Palácio do Planalto havia declarado apoio à adversária de Trump, a candidata Kamala Harris (Democrata), ou seja, agora o Brasil precisará de mais



Presença de embaixadora brasileira dependerá do convite venezuelano

cautela. “Se der uma importância muito grande à posse de Maduro, enviando o chanceler, o vice ou indo o próprio presidente, pode haver um início de relação ainda mais azedo com Trump”, acrescentou o cientista político.

Legitimidade

A internacionalista Elisa Ribeiro, avalia ainda que a presença de Glivânia será bem vista pelo país vizinho, pois dará legitimidade à posse. Mas, a relação deverá se manter “nos moldes dos últimos meses, com dissidências e tentativas de manter a resiliência no trato bilateral”.

“A relação entre Brasil e Venezuela é essencial para a estabilidade na América do Sul. O Brasil têm atuado, individualmente e com outros países da região, para arrefecer os ânimos e manter o equilíbrio no relacionamento, ao mesmo tempo

em que zela pela soberania nacional e pela autodeterminação e pelos Direitos Humanos dos venezuelanos”, explicou Elisa Ribeiro.

Oposição

Edmundo González (Pud), principal opositor de Maduro, anunciou que retornará à Venezuela para assumir a presidência e convocou manifestações para o dia da posse. “Quero pedir a todos os venezuelanos que assumamos juntos o compromisso de fazer valer esse mandato em 2025. Vejo vocês nas ruas do nosso amado país”, escreveu ele nas redes sociais.

Em resposta, o governo venezuelano ofereceu uma recompensa de US\$ 100 mil por informações sobre o paradeiro de González, acusado de incitar um golpe de Estado por não reconhecer o resultado oficial das eleições.

Tensões diplomáticas

Embora Brasil e Venezuela compartilhem uma aliança histórica, as relações entre os dois países se deterioraram após o governo brasileiro não ter reconhecido a reeleição de Nicolás Maduro, em agosto de 2024. O Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela validou a eleição, mas não divulgou os resultados completos das urnas, o que levou o Brasil a se unir a Colômbia e México em uma pressão para a divulgação das atas eleitorais. O governo brasileiro se manteve cauteloso, optando por não reconhecer oficialmente a vitória de Maduro sem a comprovação independente dos resultados.

A situação se agravou ainda mais em outubro, durante a cúpula do BRICS, quando o Brasil vetou a entrada da Venezuela no bloco, decisão que gerou forte desaprovação por parte do governo de Maduro.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Para políticos, Lima mostra que ex-presidente complicou a direita

Gustavo Lima e a reponsabilidade de Bolsonaro

Ao ameaçar se lançar candidato à Presidência da República, o cantor Gustavo Lima aumentou os temores da direita e da extrema direita em relação ao pleito de 2026. Para muitos desses políticos, o fato comprova a confusão armada pelo inelegível Jair Bolsonaro ao insistir em tentar voltar ao Planalto em 2026. Como já mostrou o Correio Bastidores, ao bater

pé e se dizer candidato, o ex-presidente dificulta as articulações em torno de nomes que poderiam disputar o eleitorado conservador. Ao levantar o dedo e dizer que está disposto a entrar no páreo, Nivaldo Batista Lima (seu nome de registro) aumentou a confusão, reforçou a possibilidade de que aventureiros de fora do universo político disputem o cargo.

Coreto

“Bolsonaro bagunçou o coreto, vai ficar complicado organizar a direita enquanto ele insistir em afirmar que tentará a Presidência”, diz um aliado que pede para não ser identificado — ninguém quer partir para uma briga aberta com o ex-presidente.

Cartada

Na avaliação de aliados, Bolsonaro insiste em falar na disputa de 2026 como uma forma de manter seus eleitores mobilizados, prontos para eventuais protestos caso sua prisão venha a ser decretada. Fora do baralho presidencial, seria facilmente mais descartado.

Divulgação



Ex-coach mostrou viabilidade de independentes

Performance de Pablo Marçal preocupa políticos

Há alguns poucos anos, a candidatura de Lima não representaria qualquer ameaça, mas a boa performance de Pablo Marçal na disputa pela prefeitura paulistana mostrou que há espaço para os que buscam encarnar um rompimento radical com o sistema partidário. Na direita, há os que dizem que o cantor não

passa de uma barriga de aluguel do amigo Ronaldo Caiado (União), governador de Goiás e pré-candidato ao Palácio Planalto. Ao falar na Presidência, Lima atrairia atenções do eleitor e o ódio de bolsonaristas radicais, o que deixaria o campo mais livre para Caiado. Depois, tentaria o Senado, como já planejava fazer.

Egoísmo

Na avaliação de um outro político, que se define como de centro, o estilo personalista de Bolsonaro não se encaixa na lógica partidária. Ele também não se veria como representante de uma causa — seus compromissos seriam como ele próprio e com os filhos.

Lula

“Lula também é personalista e centralizador, mas respeita o PT. Bolsonaro acha que resolve tudo sozinho”, avalia. Lembra que, em 2010, com popularidade acima de 80%, o petista rejeitou sugestão de mudança constitucional para viabilizar um terceiro mandato.

Sino e gato

“Você acha que Bolsonaro, em situação semelhante, não iria buscar uma nova reeleição?”, pergunta. O problema é saber quem vai amarrar o sino no pescoço do gato, ou seja, dizer para o ex-presidente que é melhor abrir caminho para outro e esperar 2030.

Esperança

Os dois políticos ouvidos pela coluna, porém, dizem que as prováveis denúncias contra Bolsonaro e sua eventual condenação tendem a resolver o problema. Até porque depois do atentado de novembro e da prisão de outros supostos terroristas, a anistia foi esquecida.

Moraes autoriza Brazão a realizar exame cardíaco fora da prisão

Por Karoline Cavalcante

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, autorizou o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) a deixar a prisão para realizar um exame cardíaco. A decisão, tomada pelo relator na última quinta-feira (2), permite que Brazão seja submetido a uma consulta médica e a um procedimento especializado que avalia a saúde do coração. O exame deverá ser realizado em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, onde o deputado está preso.

O pedido de autorização para o exame foi fundamentado em um relatório médico emitido pela Divisão de Saúde da Penitenciária Federal, que apontou sérios problemas de saúde de Brazão, incluindo episódios de hipotensão, dificuldade de urinar, perda de massa muscular e comprometimento cognitivo, como dificuldades de concentração e memória. A análise, divulgada pelo Valor Econômico, conclui que devido à sua condição clínica, há uma “alta possibilidade de sofrer mau súbito com risco elevado de morte”.

A cineangiocoronariografia, procedimento que simula um cateterismo, tem como objetivo avaliar o funcionamento do coração e verificar a presença de possíveis obstruções nas



Deputado é acusado de mandar matar Marielle Franco e Anderson Gomes

artérias coronárias. Dependendo dos resultados, o exame poderá indicar a necessidade de uma cirurgia cardíaca para o deputado.

Na decisão, Moraes determinou que a defesa de Brazão informe à Corte, com no mínimo cinco dias de antecedência, a data, o horário e o local do exame para que a Polícia Federal organize a escolta necessária. Em dezembro, a defesa do deputado solicitou a concessão de prisão domiciliar alegando questões de saúde, mas a Pro-

curadoria-Geral da República (PGR) se manifestou contrária ao pedido.

Julgamento

João Francisco, conhecido como Chiquinho Brazão, é um dos réus no processo que investiga o assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol) e de seu motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018. O deputado é acusado de ser um dos mandantes do crime, junto a outros envolvidos, como o seu irmão, o conselheiro do

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Domingos Brazão; o delegado da Polícia Civil, Rivaldo Barbosa; o ex-policial Ronald Paulo Pereira e o ex-assessor Robson Calixto Fonseca.

Ainda não foi definida a data para o julgamento. Em seu parecer, Moraes destacou que a PGR apresentou uma série de evidências que reforçam as alegações feitas por Ronnie Lessa em sua colaboração premiada, quando assumiu a autoria do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. “A denúncia não se sustenta apenas na colaboração de Ronnie Lessa, mas também em uma ampla gama de indícios, testemunhos e documentos que reforçam as alegações iniciais feitas pela PGR”, afirmou o ministro.

Cassação ainda será votada

Em agosto de 2024, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovou a cassação do mandato do deputado. No entanto, Chiquinho Brazão recorreu da decisão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, onde o recurso foi rejeitado. A cassação deveria ser pautada para votação no plenário da Câmara, mas o presidente da Casa, Arthur Lira (PP), decidiu adiar a decisão para a próxima legislatura, deixando a questão “na gaveta” até a escolha de um novo comando na Câmara.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados